
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS: INTERPRETANDO AS DIMENSÕES POLÍTICO-EDUCACIONAIS

THE PROCESS OF ENVIRONMENTAL EDUCATOR FORMATION: EXPLAINING THE POLITIC- EDUCATIONAL DIMENSIONS

BUFFON, M. da C. M.¹; CHOCIAI, J. G.²; LORENZI, G. M. C.³;
ROCHA, R. G.⁴; SALVADOR, S. F. T.⁵; SANTOS, M. D.⁶

¹Professora Assistente do Departamento de Saúde Comunitária – UFPR.

²Professor Adjunto do Departamento de Farmácia – UFPR.

³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFPR - Produção Vegetal.

⁴Professor do Colégio Militar de Curitiba.

⁵Professora da Escola Técnica – UFPR.

⁶Professor Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFPR.

RESUMO

Pressupondo que a educação tem o papel fundamental de transformação social, quês dimensões podem ser consideradas preponderantes no processo de formação dos educadores ambientais? A mitigação dos problemas ambientais, que marcam o início de século XXI, reforçam a necessidade de seleção de valores mais dignos para toda a humanidade, capazes de construir uma nova ética, reorientadora de nossa crise civilizatória pautada em valores distintos daqueles considerados norteadores de uma sociedade de consumo e produtora de mercadoria. Assim, o desafio está em formar profissionais com motivação para escolher atividades profissionais, de ensino e de pesquisa centradas na problemática do alcance de limites da ação humana sobre o meio ambiente e qualidade de vida, ou seja, aptos a compreender a articulação das interfaces entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento. Neste contexto, todos devem estar inseridos no processo de pensar suas ações sobre o meio e propor alternativas para remodelar as condições e modos de vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Política; Educação; Ética.

ABSTRACT

Supposing that education has a fundamental position in social transformation, what are dimensions that can be consider relevants in the formatives process to environment education teacher? Relieving environment problems that shoot XXI century's beggining, reinforce the necessity of a value selection more dignified a new ethics that can guidance over civilizatory crisis lined in distinct values from that considered able to distinct values from that considered able to steer a society that can product and consume tinned goods. Therefore, the challenge is in formation professional with inducement to choose professional activities rather teaching as research, centre on the problem of reach the limits to human action about environment and life's quality, directly, it means ability to understand interfaces joint in the various subject and areas of knowledge. In that context, everyone must be insert on the process of thinking their actions about environment and should propose alternative to shape conditions and way of life.

Keywords – environment education, politics, education, ethics.

Uma observação, ainda que breve, do processo de evolução humana permite evidenciar que o “projeto” civilizatório inicial foi sendo gradativamente alterado, tendo em vista novas necessidades, novos desejos. Conforme aumentava a capacidade humana de interferir na Natureza, de transformá-la em fonte de recursos para satisfação específica, alterava-se a noção mais elementar de espaço comum a uma diversidade de seres (inclusive os humanos).

Contudo, conforme nos afirma PEDRINI et al (1997, p. 11): “(...) a ciência enquanto empreendimento humano nunca serviu apenas para gerar riquezas e bem-estar para o homem”. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da ciência permitiu a solução de problemas, também determinou uma profunda modificação na forma de se “ver” a Natureza. É justamente nesse ponto que começam a surgir áreas de conflito na relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente, especialmente quando se discute o uso do espaço e dos recursos naturais.

O tratamento da questão ambiental, portanto, traz consigo a necessidade de uma análise detalhada das inúmeras formas através das quais o atual modelo (hegemônico) de

produção influi nas concepções de Natureza. Associada à temática natural, a concepção de ciência, como força produtiva historicamente construída, também nos coloca frente a questionamentos que, ora destacam a importância deste campo de conhecimento, ora deixam evidenciar sua estreita relação com a organização de mercados mundiais e fatores econômicos e políticos, logo também, sociais.

O que se busca deixar claro é que não há neutralidade em quaisquer dos projetos técnicos, independentemente de ideologia. Qualquer um deles traz consigo contradições que precisam ser interpretadas a fim de que a história do homem e de suas ferramentas para a dominação da Natureza não se transforme, unicamente, em história de submissão do homem pelo homem, através de suas “ferramentas”.

Encontramo-nos diante de uma situação em que, se por um lado ampliou-se a capacidade de criação e uso de novas tecnologias, por outro, é fato que aumentou também o nível de miséria, uma vez que a distribuição dos benefícios não atinge a maioria das populações.

A constatação inequívoca é que a qualidade de vida experimentada por aqueles países mais industrializados, mais desenvolvidos, que adotam o modelo de busca incessante do lucro e do desenvolvimento de mais mercadorias, torne-se cada vez tão mais elitista e segregador, que acabe por nos levar a todos ao mesmo fim.

Sendo assim, as questões ambientais, sobretudo as resultantes das atividades humanas sobre o meio ambiente, e que interferem na qualidade de vida das pessoas, incluem-se entre os temas contemporâneos que exigem abordagem interdisciplinar que contemple nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas.

A educação, neste sentido, deve ser ressaltada como de caráter crucial para a transformação das sociedades, particularmente viabilizando o desenvolvimento de uma nova ética, pautada em valores distintos daqueles considerados norteadores de uma sociedade de consumo e produtora de mercadoria, ou nas palavras de BRANCO (1999, p. 1996):

(...) A educação constitui, (...), o *elo de informação* que reúne dados esparsos tornando-os úteis através da *síntese criadora* (e não da sua simples soma), originando um *sistema ético de conhecimento*. (...) A educação é um processo de indução de padrões éticos indispensáveis ao preparo para a vida em sociedade [para o ‘exercício da cidadania’]. (...) somente no momento em que a pessoa, desde criança, em seu processo de preparação para o exercício da cidadania, não mais perceber a diferença de grau entre roubar, matar, ou agredir o meio ambiente, isto é, entre os diferentes preceito [sic] éticos indispensáveis à vida em sociedade, é que realmente ela estará adquirindo uma *consciência ambiental*.¹

Assim, admitindo-se que esta consciência ambiental é indispensável, quê dimensões podem ser consideradas preponderantes no processo de formação dos educadores ambientais?

Dos grandes encontros da área ambiental, pode-se extrair com notoriedade “a recomendação de investir numa mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos da necessidade de adotar novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas e das constatações feitas nessas reuniões”. (BRASIL, 1998, p. 180). A caracterização do campo de uma “educação ecológica” deve se pautar de forma antagônica à visão tradicional que impera atualmente em nossas escolas, que nas palavras de STEVENSON², *apud* HUTCHISON (2000, p. 38), é: “(...) de conservar a ordem social existente pela reprodução das normas e dos valores que dominam atualmente a tomada de decisão quanto ao ambiente. Encontra-se nesta questão a primeira contradição importante entre a educação

ambiental e escolarização".

JACOBI (1998, p. 35-36) nos lembra que, atualmente, o desafio é formar profissionais com motivação para escolher atividades profissionais, de ensino e de pesquisa, centradas na problemática do alcance de limites da ação humana sobre o meio ambiente e qualidade de vida. Isto só se concretizará a partir da articulação das interfaces entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento. Em outras palavras, toda a sociedade deve estar inserida no processo de pensar suas ações sobre o meio e propor alternativas para remodelar as condições e modos de vida. Nesta perspectiva, é fundamental estimular a utilização de recursos naturais disponíveis por meio de tecnologias e ações ecologicamente adaptadas, economicamente viáveis e socialmente justas.

Diante deste quadro, o educador ambiental deve privilegiar ao mesmo tempo sua dimensão *ambiental*, encarada tecnicamente como forma de administrar a relação homem-natureza, e *social*, concebida como forma crítica de desenvolvimento de uma nova ética. A partir da "ecologização da sociedade", a questão ambiental passou a ser inserida no cotidiano das pessoas, atingindo instâncias decisórias, revelando seu caráter político.

Este caráter político expõe um ponto fundamental: a racionalidade econômica é ideologicamente determinante de formas de pensar e agir características de nosso tempo, mas incoerentes com a temática ambiental. A problemática gerada pela supervalorização da lógica produtivista manifesta-se na crise ambiental, que não pode mais se valer exclusivamente da ciência e da tecnologia como forma de equacionar suas divergências. Concordamos com LE PRESTRE (2000, p. 17) quando afirma que: "Se em muitos casos, a ciência nos ajuda a determinar o universo das opções possíveis, é a política que determinará as escolhas". Mais que uma simples escolha de decisões, é imprescindível à instância política, uma escolha ética embasada em valores não exclusivamente econômicos. Nas palavras de FREIRE (1997, p.19): os princípios pedagógicos devem estar orientados pela noção de relação entre os sujeitos (atores sociais), sem esquecer, que uma nova "ética universal do ser humano" não pode estar "amarrada" pela ética mercadológica.

Ao iniciarmos século XXI, nos deparamos com inúmeras questões sobre o futuro da espécie humana. Somos colocados diante dos avanços da Ciência e da Tecnologia, mas "cegos" das conseqüências de suas aplicações. Problemas sociais são cotidianamente apresentados à população sem que, contudo, a grande maioria tenha consciência real da amplitude e de seu grau de envolvimento.

Exposta de forma consciente ou não, a maioria da população mundial não possui o esclarecimento necessário (sobre meio ambiente) para alcançar "uma melhor compreensão dos fatos que [a] capacite a desempenhar ações transformadoras adequadas e de alcance efetivo (...)" (PENTEADO, 2000, p. 10). De certa forma, poderíamos afirmar que a análise ambiental expõe pontos cruciais sobre o nosso futuro ou, mais precisamente, sobre o tipo de futuro que podemos esperar.

Um ensino descontextualizado e fragmentado, incapaz de inserir o aluno como elemento participativo de um momento histórico, arrasta uma compreensão frágil das relações que se estabelecem entre os homens e destes com a Natureza; indica, portanto, a necessidade de novos caminhos capazes de gerar uma mudança de paradigma³. O que se coloca como horizonte é a multiplicação de iniciativas de formação de competências e habilidades pautadas pelo paradigma da sustentabilidade socioambiental, intrínseca à construção da cidadania e à incorporação dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

É, neste sentido, que devem ser pensadas as propostas de trabalho em Educação Ambiental, isto é, como importantes instrumentos transformadores da realidade, uma vez que seus princípios, seus objetivos e suas práticas são permeados por uma ética capaz de produzir alterações significativas de comportamento nos indivíduos, levando a novos hábitos e atitudes, pautados em valores que estreitam as relações entre os homens e os colocam como parte integrante do meio.

Contudo, um quadro repleto de injustiças e desigualdades, fruto de um modelo econômico-industrial que não privilegia a maior parte dos integrantes das sociedades com condições mínimas de qualidade de vida, acaba por determinar relações regidas pela competitividade entre seus integrantes, que se colocam em luta sob as regras impostas pelo mercado.

Este olhar nos serve para caracterizar o mundo atual, que se mostra sob forte influência da dimensão econômica, mas onde se estabelecem relações de diferentes naturezas entre seus membros. Na chamada “aldeia global” vivenciamos/trocamos experiências que não se limitam mais por barreiras geográficas, ou por mecanismos restritivos de poder do Estado, nem mesmo por disposições temporais. A cotidianidade nos insere de forma tão inconsciente em práticas maquinicas, que acaba por transformá-las em fenômenos “naturais”.

Este processo de “naturalização” das atividades humanas esteve – e está – alicerçado em uma ciência e em uma tecnologia que tem na razão a força motivadora de produção de conhecimento. No entanto, DEMO (2000, p. 9) nos alerta que “a crítica ao conhecimento moderno” encerra uma “contradição” fundamental em sua “proposta de emancipação”, uma vez que a construção e acumulação de saberes técnico-científicos, por séculos de história, se fizeram “às custas das maiorias”. Acrescenta ainda que:

(...) a ciência moderna oculta facilmente sua cegueira circular, (...) recaindo na contradição performativa: questiona, mas não permite ser questionada, porque imagina que conhecimento seja produto definitivamente verificado. Esta expectativa ruiu no interior do próprio empirismo (Hume) e do próprio positivismo (Popper), ao se perceber que o critério de cientificidade não poderia ser estabelecido na perspectiva da comprovação, mas apenas na do questionamento acirrado e sistemático (DEMO, 1989).⁴ A “falsificabilidade” das teorias, ou sua “questuonabilidade” intrínseca indicam o reconhecimento de que a ciência não poderia estatuir verdades, mas caminhos sempre questionáveis de sua busca”.

Isto posto, é patente o fato de que a atual organização mundial não oferece as condições mínimas para garantir um desenvolvimento comum, com bem-estar coletivo e justiça social. Diante de tão grandes discrepâncias “globais”, o sentido de perda, privação e injustiça para uma infinidade de habitantes do planeta continuam reforçando a sensação de exclusão.

Sendo assim, mesmo que diferentes problemas estejam globalizados, as responsabilidades e as soluções certamente não o estão. MARANDOLA JR. e FERREIRA (2001, p. 265) resumem a situação da seguinte forma:

No mundo contemporâneo, não há mais lugar para “meu problema”, “minha questão”, pois a grandeza dos problemas é de tal ordem [que] atinge comunidades inteiras, ou várias nações que, com a mundialização dos meios de comunicação, da informação e da globalização econômico-financeira, os problemas e as questões terão que ser cada vez mais discutidos e encarados sob uma ótica coletiva, embasada em conhecimento, onde a vida do homem no seu ambiente deve ser o centro, mas, além do antropocentrismo.

Logicamente, a questão apresentada desta forma nos remete à necessidade de uma nova postura ética que pressupõe, por sua vez, mais do que simples padronizações de

comportamento ou imposições legais. O tratamento do assunto exige o desenvolvimento de uma nova mentalidade, de novas formas de ação. Por sua vez, estas alterações somente serão possíveis se consideradas numa visão de processualidade capaz de reorientar as ações coletivas e de atrelar diferentes concepções de vida.

A destituição de valores comunais, a ênfase no individualismo humano e o distanciamento do ambiente natural modelam, a partir da produtividade e da racionalidade científica, um novo homem, o homem concorrencial.

Devemos embasar as premissas de uma nova ética na liberdade de escolha, no livre arbítrio, mas cientes de que problemas éticos fundamentais não subsistem se não considerarmos outro problema crucial: o da responsabilidade.

A ética, portanto, deve tratar de ir além da análise do modo de produção, deve estudar o modo de vida, o projeto civilizatório. A busca pelo *ser* deve ultrapassar os limites e problemas da dinâmica do *ter*. Precisamos resgatar a discussão sobre ética na medida em que a perda dos mais elementares preceitos éticos provocou enormes calamidades. Um projeto civilizatório socialmente construído, ainda que inadequado, pode ser transformado historicamente. Assim, nas palavras de GONÇALVES (2000, p.37), o estudo da natureza humana é que nos deixa atentos para a possibilidade “de nos fazermos diferentes do que somos, que inspiram a política com o paradigma ecológico”.

Mais que uma crise ecológica ou ambiental, iniciamos uma “nova” era confrontados com a necessidade de seleção de valores mais dignos para toda a humanidade, capazes de construir uma nova ética, reorientadora de nossa crise civilizatória. Contudo, mesmo diante de novas categorias interpretativas (espaço, tempo, natureza) as formas de compreensão e (re)interpretação do mundo ainda colocam na educação o papel preponderante de transformação social.

Se almejarmos novos “modos de ser, de sentir, de pensar, de valorizar, de agir” que tragam atrelados a si, “novos valores, novos sonhos e novos comportamentos assumidos por um número cada vez maior de pessoas e comunidades” (BOFF, 1996, p.30), podemos conceber esta possibilidade no interior de outra lógica, não cartesiana. Conforme afirmam GUTIÉRREZ e PRADO (2000, p.30), uma “lógica relacional e auto-organizacional que leve o ser humano a redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo” deve contemplar novos espaços para discussão de propostas e busca de respostas na forma de uma ação transformadora dos campos políticos, econômico, social, cultural, educativo e de tantos outros mais.

Assim, a noção de planetariedade deve nos guiar a assumir os caminhos de novos processos sociais, inclusive nos espaços educacionais. Uma pedagogia “planetária” exige tratamento frontalmente diferente de uma educação tradicional por tomar por base uma lógica não competitiva e acumuladora de conhecimento. Uma lógica que desconsidera a riqueza pessoal e ilimitada como única forma de vida, que despreza a finitude dos recursos naturais e a necessidade dos inter-relacionamentos pessoais. Neste ponto onde é possível perceber a amplitude e complexidade da dimensão planetária, supomos que este processo de transformação social requeira mais do que simples tomada de consciência por parte dos indivíduos. Este processo implica forçosamente em colocar em prática, um plano de ação capaz de efetivar as alterações necessárias ao novo projeto civilizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSMAN, H. Reencantar a Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
2. BOFF, L. Ecologia. Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.
3. BRANCO, S. M. Ecosistêmica - Uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
4. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos – apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
5. DEMO, P. Política social do conhecimento e educação. Ensaio – avaliação e políticas públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 8, n.26, p.5-27, jan./mar. 2000.
6. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
7. GONÇALVES, C. W. P. Um pouco de filosofia no meio ambiente. In: QUINTAS, J. S. (org.). Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: IBAMA, 2000 b. IBAMA, 2000 b.
8. GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
9. HUTCHISON, D. Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental. Porto Alegre/RS: Artes Médicas Sul, 2000.
10. JACOBI, P. Interdisciplinaridade e meio ambiente. Revista Debates socio-ambientais. Ano III, n. 10, p. 35-36, Jul/Out. 1998.
11. LE PRESTRE, P. Ecolítica internacional. São Paulo: Senac/SP, 2000.
11. MARANDOLA JR. E.; FERREIRA, Y. N. A importância da ética na consciência ecológica. *Scientif Journal*, Bauru, SBPN, v. 5, n.1, p.265-66, 2001.
12. PEDRINI, A. de G. et al. Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
13. PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Notas:

¹ Grifos no original.

² STEVENSON, R. B. Schooling and environmental education: contradictions in purpose and practice. In: Robottom, I. Environmental education: practice and possibility, Victoria/Australia: Deakin University Press, 1987, p.69-82.

³ Conjunto de convicções e conceitos que caracterizam uma determinada maneira de perceber o mundo e interagir com ele. (ASSMAN, 1998, p. 169).

⁴ DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. 2.ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1989.